

Comunicado de imprensa da FRA

Viena, 11 de junho de 2026

Habitação, exploração laboral e ameaças em linha: desafios em matéria de direitos fundamentais em 2025

A crise da habitação, o aumento do número de pessoas sem-abrigo, a exploração laboral e as ameaças aos direitos das pessoas em linha. Estes são alguns dos desafios salientados no Relatório sobre os Direitos Fundamentais da FRA. O relatório analisa as ameaças aos direitos e aos valores fundadores da UE, em áreas como a elaboração democrática de leis, a governação digital, a segurança interna e o tratamento dos migrantes. No contexto da instabilidade política e das ameaças à segurança a nível mundial, o presente relatório constitui um apelo à União Europeia e aos Estados-Membros para que protejam os direitos fundamentais e reforcem a democracia.

O [Relatório sobre os Direitos Fundamentais - Desafios e Marcos de 2025](#) centra-se nos principais desenvolvimentos e lacunas em matéria de direitos fundamentais na UE em 2025. Estes incluem:

- **A crise da habitação na Europa:** O aumento dos custos da habitação e a falta de habitação social e a preços acessíveis impulsionaram uma crise habitacional em toda a UE, uma vez que cada vez mais pessoas não conseguem pagar as suas casas e correm o risco de se tornarem sem-abrigo. Simultaneamente, as salvaguardas contra o despejo e a falta de habitação continuam a ser insuficientes em vários Estados-Membros, o que origina situações que comprometem o direito à dignidade humana.
 - **Desafios em matéria de emprego e exploração laboral:** Recorre-se cada vez mais aos trabalhadores migrantes para colmatar a escassez de mão de obra na UE. No entanto, existem sérios desafios relacionados com o emprego que afetam os trabalhadores de países terceiros na UE, nomeadamente a sobrequalificação, a discriminação e a exploração laboral. Quem é explorado quase não tem qualquer via realista para obter justiça ou indemnização.
-

- **Ameaças aos direitos fundamentais em linha:** Os cidadãos de toda a UE estão cada vez mais expostos ao discurso de ódio em linha, ao mesmo tempo que opiniões legítimas são frequentemente bloqueadas ou removidas indevidamente pelas plataformas em linha. A legislação da UE destinada a regulamentar e proteger os espaços em linha tem enfrentado resistência política e empresarial, principalmente proveniente de fora da UE, o que coloca em risco a democracia e a salvaguarda dos direitos fundamentais. A falta de transparência por parte das plataformas em linha também tem dificultado a aplicação das leis e regulamentos da UE.
- **Os valores fundamentais da UE** têm vindo a influenciar cada vez mais a legislação e a elaboração de políticas da UE e, na sua jurisprudência recente, o Tribunal de Justiça da União Europeia confirmou a sua importância operacional. Ao mesmo tempo, os desenvolvimentos registados em 2025 revelaram uma discrepância entre a proclamação desses valores e a proteção efetiva dos direitos na prática, nomeadamente no contexto da elaboração de leis, da governação digital, da segurança interna e do tratamento de migrantes e requerentes de asilo nas fronteiras.

Para enfrentar esses desafios, a FRA insta a UE e os países da UE a:

- **Abordar a habitação como um direito fundamental** e basear as políticas de habitação na legislação da UE em matéria de direitos fundamentais e no direito internacional em matéria de direitos humanos, em conformidade com as obrigações dos Estados-Membros. A fim de combater eficazmente a situação dos sem-abrigo, é necessária uma proteção abrangente contra os despejos forçados e medidas de salvaguarda para os grupos vulneráveis, incluindo garantias judiciais, habitação alternativa, centros de acolhimento para sem-abrigo e apoio social e financeiro.
- **Resolver a escassez de mão de obra, evitando simultaneamente a exploração:** ampliar as oportunidades para que os trabalhadores de países terceiros possam trabalhar de forma justa e em igualdade de condições nos mercados de trabalho. Tal objetivo poderia ser alcançado através do reconhecimento de qualificações estrangeiras, da promoção do acesso precoce aos mercados de trabalho e à formação, do combate à discriminação e às agências de emprego abusivas.
- **Garantir espaços em linha mais seguros:** responsabilizar as plataformas em linha para que enfrentem as crescentes ameaças em linha aos direitos fundamentais e à democracia. A aplicação do Regulamento dos Serviços Digitais é essencial para proteger os direitos das pessoas em linha.

O Relatório sobre os Direitos Fundamentais analisa o estado de determinados direitos fundamentais na UE em 2025, um ano em que se assinalou o 25.º aniversário da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Apesar de ser um instrumento

fundamental para fazer respeitar os valores fundamentais da UE, a aplicação da Carta em toda a UE e nos Estados-Membros continua a ser incoerente. A FRA insta a UE e os seus Estados-Membros a aplicarem-na como a norma jurídica que é, apoiada por avaliações sistemáticas do impacto sobre os direitos humanos.

Citação da diretora da FRA, Sirpa Rautio:

Os direitos fundamentais continuam a ser ameaçados em toda a Europa, uma vez que as tensões globais e as agressões à ordem assente em regras ameaçam as nossas sociedades democráticas e os direitos que estas procuram proteger. A UE e os seus Estados-Membros devem denunciar a crescente pressão sobre as garantias jurídicas e processuais que traduzem os nossos valores fundamentais em garantias práticas. Para tal, os direitos fundamentais devem permanecer no centro de todas as políticas e ações da UE e os nossos valores fundadores devem ser invocados para garantir o pleno gozo dos direitos por todos.

Para mais informações, contactar: media@fra.europa.eu / Tel.: +43 1 580 30 642

Este comunicado de imprensa foi traduzido pelo Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia, mas não foi revisto por peritos da FRA.